



HAL
open science

A organização interna do PT no Governo Lula: os vínculos com a sociedade. (Axe I, Symposium 3)

Oswaldo E. Do Amaral

► To cite this version:

Oswaldo E. Do Amaral. A organização interna do PT no Governo Lula: os vínculos com a sociedade. (Axe I, Symposium 3). Independencias - Dependencias - Interdependencias, VI Congreso CEISAL 2010, Jun 2010, Toulouse, France. halshs-00496150

HAL Id: halshs-00496150

<https://shs.hal.science/halshs-00496150>

Submitted on 29 Jun 2010

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

A organização interna do PT no Governo Lula: os vínculos com a sociedade

Oswaldo E. do Amaral (oswaldo_amaral@yahoo.com.br)

Doutorando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas
(Unicamp), Brasil

PhD Candidate in Pol. Science at the University of Campinas (Unicamp), Brazil

Paper elaborado para o VI Congresso do Ceisal, Toulouse, França, 30 de junho-
3 de julho, 2010

Prepared for delivery at the 6th Ceisal Congress, Toulouse, France, June 30-July
3, 2010

Segunda versão: junho de 2010. Favor não citar. Comentários são bem-vindos.

Second draft: June 2010. Please, do not cite. Comments are welcome.

A organização interna do PT no Governo Lula: os vínculos com a sociedade

Resumo

O objetivo deste trabalho é avaliar se o Partido dos Trabalhadores (PT) continua mantendo vínculos sólidos com a sociedade civil e se continua a atrair filiados mesmo com todas as transformações pelas quais passou, especialmente no aspecto ideológico-programático, a partir da segunda metade da década de 90 e ao assumir o comando do Governo Federal pela primeira vez em 2003. O artigo mostra, por meio da análise de dados a respeito dos filiados e da organização partidária, bem como a partir da avaliação de *surveys* conduzidos junto aos delegados petistas, que o partido continua permeável à participação de atores da sociedade civil organizada e apresentou um crescimento significativo no número de membros durante o Governo Lula.

Palavras-chave: PT; Partido dos Trabalhadores; Governo Lula; Partidos Políticos; Brasil

Abstract

This paper analyzes if the Workers' Party (PT) continues to be strongly attached to the organized civil society and capable of attracting members after a series of ideological and programmatic changes in the last 15 years. The paper shows, through the evaluation of membership and organizational data and surveys conducted with PT's delegates, that the party is still open to actors of the organized civil society and increased the number of members significantly during Lula's Government.

Key words: PT; Workers' Party; Lula's Government; Political Parties; Brazil

Introdução

A formação do Partido dos Trabalhadores (PT) esteve diretamente ligada a atores da sociedade civil organizada, como sindicalistas, militantes de grupos de esquerda e líderes de movimentos populares urbanos e membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em que pese as especificidades da formação do partido nos Estados, há praticamente um consenso na literatura a respeito da forte vinculação da agremiação com movimentos sociais nos seus primeiros anos, o que levantou a curiosidade de muitos analistas pelo fato do PT conseguir canalizar, no plano institucional, uma série de demandas políticas reprimidas de diferentes atores sociais em um contexto mais amplo de crise de representação vivida pelos partidos políticos, especialmente na Europa Ocidental (Lawson & Merkl, 1988; Katz, Mair et al., 1992). Este foi um dos elementos que levaram autores como Meneguello (1989) e Keck (1991) a qualificarem o PT como uma ‘novidade’ na política brasileira.

O objetivo geral deste trabalho é avaliar se o PT continua mantendo vínculos sólidos com a sociedade civil e se continua a atrair filiados mesmo com todas as transformações pelas quais passou, especialmente no aspecto ideológico-programático, a partir da segunda metade da década de 90 e ao assumir o comando do Governo Federal pela primeira vez em 2003. Como objetivos específicos, buscamos desvelar algumas importantes transformações na organização partidária interna, como a maior capilarização de suas estruturas, e no perfil social das lideranças intermediárias petistas. As hipóteses que norteiam este trabalho são as de que o partido continua permeável à participação de atores da sociedade civil organizada, capaz de atrair filiados, e apresenta um padrão de alteração entre suas lideranças intermediárias causado, em parte, pela ampliação da inserção do PT na política institucional a partir da década de 90.

Trabalhamos com dois conjuntos de indicadores empíricos. O primeiro deles envolve o número de filiados do PT e de Diretórios Municipais (DMs) e Comissões Provisórias Municipais (CPMs) ao longo do tempo. O segundo, os dados obtidos a partir de *surveys* realizados pela Fundação Perseu Abramo (FPA), ligada ao PT, e pelo autor junto às lideranças intermediárias petistas em encontros e congressos nacionais do partido em 1997, 1999, 2001, 2006 e 2007.

Este artigo está organizado em três partes. Na primeira, nosso foco está na base de filiados do partido e na estrutura de incentivos que determinou as transformações desta base. Prestamos especial atenção nas regras de filiação, política de captação de novos membros e mudanças institucionais e no contexto político mais amplo que contribuíram, ainda que de

maneira indireta, para as alterações identificadas. Na segunda, nos concentramos nos dados sobre a liderança intermediária petista, no seu perfil social e nas suas relações com os movimentos sociais. Ao final, concluímos o artigo privilegiando a articulação entre os resultados encontrados e a literatura em torno dos modelos partidários e sobre o PT, em especial os trabalhos de Meneguello (1989), Keck (1991), Ribeiro (2008), Novaes (1993) e Rodrigues (1997).

A base de filiados

Em março de 1982, logo após o enorme esforço para a regularização do partido, uma circular da então Secretaria de Filiação e Nucleação (SFN) do PT estabeleceu metas bastante ambiciosas quanto ao recrutamento de filiados: atingir um milhão de membros e organizar o partido em pelo menos 40% dos municípios de cada Estado até julho daquele ano; fazer com que os diretórios estaduais assumissem a tarefa de filiação; e organizar um balanço da situação organizacional do partido em cada Estado (Keck, 1991, pp. 127-128). Ao observarmos a tabela 1, que contempla a evolução no número de filiados ao longo do tempo, bem como a tabela 2, que demonstra a evolução do número de DMs, é possível vermos que levou 26 anos para os objetivos estabelecidos pela SFN serem alcançados. A análise dos dados acerca da evolução dos filiados ao longo do tempo evidencia a dificuldade de interiorização e implantação do PT em todos os Estados do País, um processo que só se concluiu nesta década.

Os dados relativos ao número de filiados mostram um processo de expansão da base petista durante os anos 80 e início dos anos 90. Na virada desta década, porém, o processo de recadastramento fez com que o PT considerasse filiados, em 99 e 01, aqueles que efetivamente participaram dos processos decisórios do partido. Em 1999, participaram dos encontros de base 212.320 membros do partido e, em 2001, participaram do primeiro PED 227.461 filiados. Concluído o processo de recadastramento, em 2003, o partido contabilizava 419.941 membros. Desde então, é possível percebermos uma grande expansão na base de filiados petista concentrada nos anos de 03/05 e 06/08, quando o partido passou a contar com 840.108 e 1.387.682 membros, respectivamente, superando a barreira de mais de 1% do eleitorado (1,06%) e se transformando no segundo partido com o maior número de filiados no

Brasil, atrás apenas do PMDB¹. Sobre este crescimento acelerado durante o Governo Lula, apresentaremos algumas explicações mais abaixo.

Os dados por Estado apresentam uma grande heterogeneidade, com algumas unidades da federação apresentando sempre taxas de Filiados por Mil Eleitores (FPME) acima da média nacional, como o Acre e o Rio Grande do Sul. Isto demonstra as especificidades de implantação do partido de acordo com os grupos que organizaram o PT em cada Estado (Keck, 1991, p.117). No entanto, quando olhamos para os dados organizados de maneira a avaliar a distribuição dos filiados petistas entre as regiões do País, percebemos algumas alterações importantes que devem ser destacadas (gráfico 1). Até meados dos anos 90, o PT era um partido que apresentava uma concentração de filiados muito grande na região Sudeste - em torno de 60% -, enquanto a região era responsável por cerca de 45% do eleitorado nacional. Esta sobre-representação pode ser explicada pelo próprio processo de formação do partido e seus grupos de origem, em especial os membros de movimentos populares urbanos e sindicalistas. A partir de 1993, podemos identificar um processo de desconcentração dos filiados que só foi concluído em 2008, quando o PT atingiu uma distribuição de membros entre as regiões muito próxima da configuração do eleitorado brasileiro. A proporção de filiados no Sudeste caiu para cerca de 40% em 1999 e se manteve assim até 2010. Na segunda metade da década de 90, as regiões Sul e Centro-Oeste foram as que apresentaram maior crescimento, passando a contar, em 2001, com 21,1% e 11,4% dos filiados petistas, enquanto eram responsáveis por 15,7% e 6,7% do eleitorado nacional, respectivamente. O crescimento no Centro-Oeste foi puxado pelo aumento significativo no número de membros no Mato Grosso do Sul que, mesmo durante o processo de recadastramento de filiados, manteve altas taxas de FPME em comparação com os outros Estados. A transformação do Estado naquele com a maior taxa de FPME coincide com as administrações de Zeca do PT entre 1999 e 2006. Na região Sul, o Rio Grande foi o polo de expansão do partido, como já havia notado Singer (2001). A região Nordeste, que ostenta o segundo maior colégio eleitoral do País, foi sistematicamente sub-representada dentro do PT até o ano de 2006, quando apresentou um forte crescimento em relação às outras regiões. Em 2008, passou a contar com 26% dos filiados e 27,1% do eleitorado nacional, especialmente impulsionada pelo aumento nas taxas de FPME no Ceará, na Bahia, no Maranhão, em Pernambuco e no Piauí.

Outro recorte que também apresenta dados importantes é a análise do número de filiados nas grandes cidades e capitais brasileiras (gráfico 2). Consideramos grandes cidades

¹ Segundo o TSE, o PMDB contava, em dezembro de 2009, com cerca de 2 milhões de filiados. Dados disponíveis em: <http://www.tse.gov.br>. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

aquelas que tinham mais de 200 mil eleitores em 2008 e, para efeito de comparação, mantivemos o mesmo grupo de oitenta municípios (G-80) para a agregação dos dados relativos a 2006 e 2004². Os dados mostram que o PT não é mais um partido com membros concentrados apenas em grandes centros urbanos, como afirmaram Keck (1991, p.128) e Meneguello (1989, p.80) ao analisarem os dados dos filiados relativos ao Estado de São Paulo nos anos 80. Em 2004, o G-80 contabilizava 41,6% dos filiados e 37,1% dos eleitores brasileiros. Em 2006, a proporção permaneceu praticamente inalterada e, em 2008, as capitais e cidades com mais de 200 mil eleitores contavam com 39,3% dos filiados ao partido e os mesmos 37,1% do eleitorado nacional. O cruzamento destes números com as ondas de expansão descritas acima nos permite concluir que, entre 2006 e 2008, o crescimento do número de filiados ao PT deu-se em maior quantidade nos municípios com menos de 200 mil eleitores. Embora não tenhamos dados relativos ao número de filiados por município nos anos 90, há evidências de que este processo de expansão organizativa rumo ao interior tenha se acelerado a partir da segunda metade da década passada: entre 1993 e 2000, a porcentagem de municípios em que o PT estava organizado cresceu de cerca de 40% para mais de 70%, atingindo, em 2009, quase 100% (tabela 2). O crescimento na proporção de cidades com vereadores petistas ilustra bem o aumento da penetração do partido no interior do País. O PT elegeu, em 1996, vereadores em 21% das cidades brasileiras e, em 2008, obteve representantes em 47% dos municípios³.

Os dados apresentados nos permitem traçar um interessante quadro das alterações pelas quais passou o PT no que toca à sua base de filiados. O PT que chega ao final dos dois primeiros mandatos do presidente Lula é mais nacional, menos concentrado nos grandes centros urbanos e apresentou um crescimento, entre 2003 e 2009, de 191,7% na taxa de FPME enquanto o índice de filiados por eleitor no Brasil manteve-se praticamente inalterado, em torno de 9,5%⁴. Nosso objetivo agora é exhibir algumas explicações para estas transformações.

².Infelizmente, não obtivemos dados confiáveis anteriores a 2004.

³ Dados obtidos em Ribeiro (2008) e TSE.

⁴ Dados retirados do TSE e referentes aos filiados em outubro de 2002 e dezembro de 2009.

Tabela 1. Número de filiados e taxa de Filiados por Mil Eleitores (FPME), por Estado

	Fil. 1981	FPME/81	Fil. 1984	FPME/84	Fil. 1993	FPME/93	Fil. 2001	FPME/01	Fil. 2003	FPME/03	Fil. 2005	FPME/05	Fil. 2006	FPME/06	Fil. 2008	FPME/08	Fil. 2010	FPME/10
AC	822	7,1	1264	10,9	2300	9,7	1631	4,9	1863	5,1	3738	9,6	4422	11,2	6125	13,8	6129	13,6
AM	1904	3,5	2134	3,9	5385	5,4	2173	1,5	3446	2,3	7168	4,3	8434	4,9	15531	8,1	15533	8
AP			501	7,2			1291	5,2	2706	9,2	6902	21	6885	20,5	12318	32,1	12318	31,4
PA	8000	5,3	8044	5,3	14400	5,5	8953	2,7	17599	4,9	26263	6,6	27042	6,7	60251	13,3	60767	13,2
RO	415	1,8	1437	6,2	9520	14,4	1309	1,6	4068	4,6	6188	6,5	6684	6,9	9741	9,5	9755	9,4
RR							161	0,9	406	1,9	972	4,5	1048	4,8	1445	5,8	1445	5,7
TO					4031	6,5	1548	2,1	3079	3,9	7124	8,5	7427	8,8	12460	13,5	12543	13,7
Norte	11141	4,4	13380	5,3	35636	6,6	17066	2,4	33167	4,3	58355	7	61942	7,3	117871	12,5	118490	12,3
AL	1553	2,1	860	1,2			2130	1,4	3454	2,2	6570	3,7	6609	3,7	8163	4,1	8164	4,1
BA	5000	1,2	11730	2,8	42000	6,3	9853	1,2	18835	2,2	39357	4,4	41049	4,6	76555	8,4	76960	8,3
CE	5000	2	7579	3	4530	1,2	8857	1,9	13964	2,9	28794	5,6	33461	6,4	70297	12,5	70374	12,3
MA	4000	2,8	1394	1			2932	0,9	4988	1,5	12100	3,2	12648	3,4	27026	6,5	27026	6,5
PB	3500	2,7	5172	4,1	7349	3,7	6810	3,1	12642	5,5	23358	9,5	23201	9,3	29822	11,2	29821	11,2
PE	4500	1,8	8147	3,2			9570	1,8	14490	2,7	32746	5,8	35728	6,3	94784	15,6	94784	15,5
PI	3200	3,3	3315	3,4	7000	4,5	4004	2,4	5775	3,1	11677	5,9	13149	6,5	26929	12,3	26968	12,3
RN	1500	1,6	2738	2,9	5578	3,8	2013	1,1	3566	1,9	6111	3	6220	3,1	9677	4,5	9688	4,4
SE	800	1,7	1236	2,6	3260	3,7	2439	2,2	4236	3,7	11121	9	11815	9,4	17065	12,5	17065	12,4
Nordeste	29053	1,9	42171	2,8	69717	2,9	48608	1,6	81950	2,7	171834	5,2	183880	5,5	360318	10,2	360850	10,1
DF			2200	3	6972	7,8	6440	5	8640	5,6	25991	17,1	26129	16,5	34803	20,9	34803	19,9
GO	5600	2,7	7752	3,8	16350	6,5	5487	1,7	8085	2,4	17399	4,8	18537	5	28632	7,4	28630	7,3
MS	2000	2,7	741	1	4727	4,2	10525	7,9	15004	10,6	35537	23,8	36234	23,9	42939	26,6	42910	26,1
MT			2573	4,4	4000	3,3	3482	2,1	6911	4	15062	8,2	15685	8,4	23417	11,8	23461	11,6
Centro	7600	2,2	13266	3,9	32049	5,6	25934	3,5	38640	4,8	93989	11,1	96585	11,2	129791	14,2	129804	13,9
ES	5000	5,1	4693	4,8	1138	0,7	3534	1,7	5430	2,5	9565	4,3	9915	4,3	17289	7,1	17305	7
MG	30000	4,4	23387	3,4	70000	6,9	26656	2,2	50849	4	85250	6,4	86402	6,5	125562	8,9	125712	8,9
RJ	32000	5,2	30890	5	55000	6,3	10265	1	31142	3	64962	6,2	65766	6,1	116872	10,4	117305	10,3
SP	64064	4,9	93626	7,1	200000	10,1	47351	1,9	78789	3,1	194459	7,2	196597	7,1	298653	10,2	299305	10,1
Sudeste	131064	4,8	152596	5,6	326138	8,1	87806	1,8	166210	3,3	354236	6,7	358680	6,6	558376	9,8	559627	9,7
PR	7000	1,7	12215	2,9	3068	0,6	10338	1,6	27185	4,1	51066	7,4	51656	7,4	65501	9	65620	8,9
RS	20000	4,6	19529	4,5	51297	8,5	29754	4,2	55820	7,6	80713	10,7	81320	10,7	114304	14,4	114499	14,4
SC	5072	2,4	6870	3,2	15551	5,2	7955	2,2	16969	4,4	29915	7,5	30390	7,5	41521	9,5	41686	9,5
Sul	32072	3	38614	3,6	69916	4,8	48047	2,8	99974	5,6	161694	8,7	163366	8,7	221326	11,3	221805	11,2
Total	210930	3,6	260027	4,4	533456	5,9	227461	2,1	419941	3,6	840108	6,9	864273	7	1387682	10,6	1390821	10,5

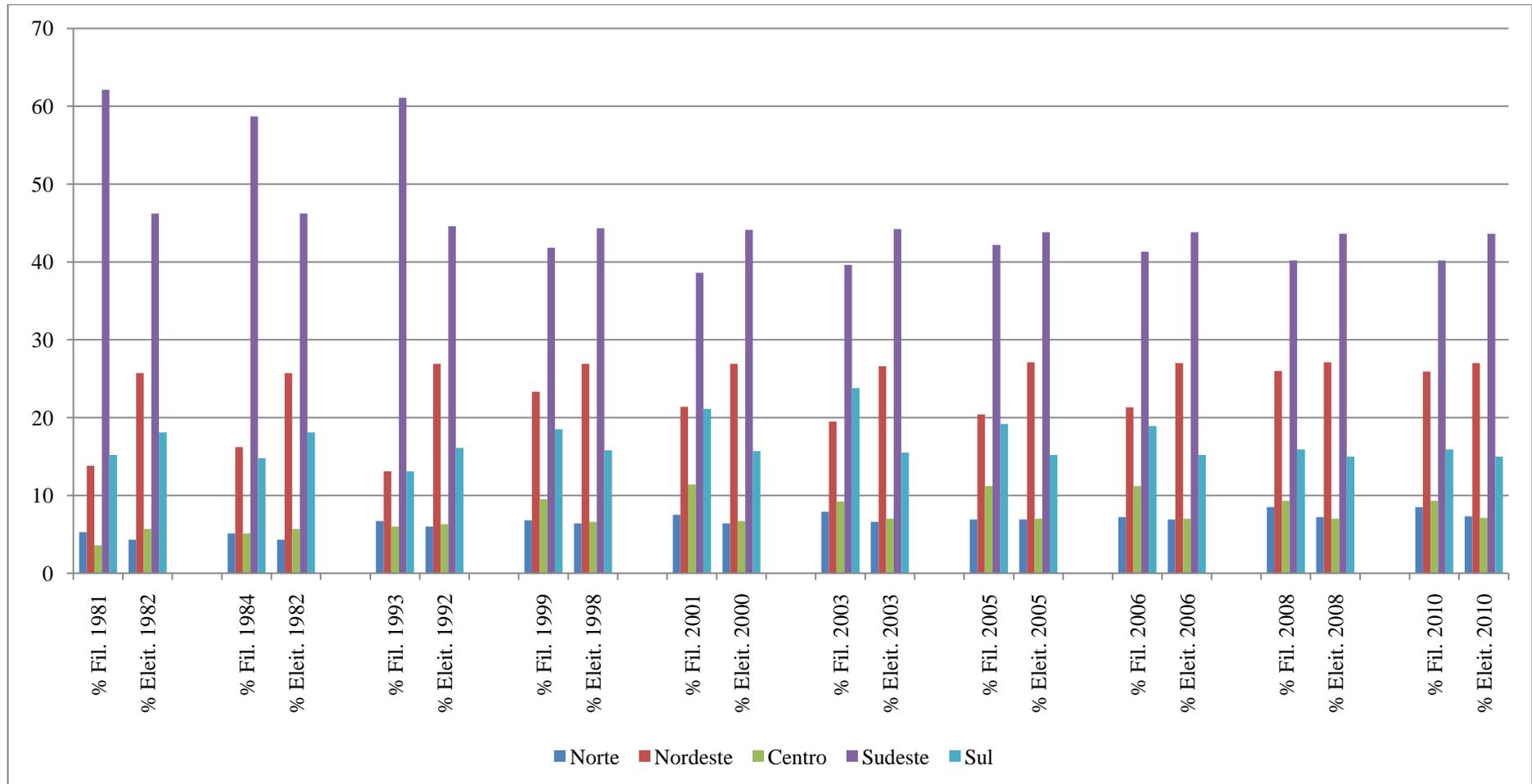
Fonte: Boletim Nacional do PT; Secretaria de Organização (Sorg) do PT

Tabela 2. Capilaridade organizativa do PT, por Estado

	2003					2005					2009				
	Mun.	DMs	% DMs	CPMs	% PT Org	Mun.	DMs	% DMs	CPMs	% PT Org	Mun.	DMs	% DMs	CPMs	% PT Org
AC	22	19	86,4	3	100	22	19	86,4	3	100	22	21	95,4	1	100
AM	62	36	58,1	15	82,3	62	38	61,3	24	100	62	56	90,3	2	93,5
AP	16	14	87,5	1	93,8	16	13	81,2	3	100	16	15	93,7	1	100
PA	143	91	63,6	46	95,8	143	91	63,3	52	100	143	134	93,7	9	100
RO	52	41	78,8	11	100	52	41	78,8	11	100	52	45	86,5	6	98,1
RR	15	5	33,3	2	46,7	15	5	33,3	10	100	15	13	86,7	2	100
TO	139	42	30,2	66	77,7	139	42	30,2	79	87	139	76	54,7	60	97,8
Norte	449	248	55,2	144	87,3	449	249	55,4	182	96	449	360	80,2	81	98,2
AL	102	44	43,1	4	47,1	102	44	43,1	49	91,2	102	63	61,8	35	96,1
BA	417	190	45,6	170	86,3	417	190	45,6	170	86,3	417	333	79,9	82	99,5
CE	184	112	60,9	46	85,9	184	110	59,8	73	99,4	184	149	81	29	96,7
MA	217	76	35	67	65,9	217	76	35	67	65,9	217	150	69,1	48	91,2
PB	223	81	36,3	56	61,4	223	81	36,3	112	86,5	223	148	66,4	46	87
PE	184	100	54,1	36	73,5	184	100	54,3	37	74,4	184	149	81	34	99,4
PI	224	117	52,5	55	77,1	224	118	52,7	99	96,9	224	193	86,2	29	99,1
RN	167	43	25,7	42	50,9	167	43	25,7	101	86,2	167	95	56,9	40	80,8
SE	75	47	62,7	17	85,3	75	47	62,7	25	96	75	74	98,7	1	100
Nordeste	1793	810	45,2	493	72,7	1793	809	45,1	733	90,6	1793	1354	75,5	344	94,7
GO	246	171	69,5	60	93,9	246	172	69,9	74	100	246	160	65	86	100
MS	77	70	90,9	7	100	78	69	88,5	8	98,7	78	74	94,9	4	100
MT	142	70	49,3	38	76,1	141	67	47,5	70	97,2	141	132	93,6	7	98,6
Centro	465	311	66,9	105	89,5	465	308	66,2	152	98,9	465	366	78,7	97	99,6
ES	78	50	64,1	24	94,9	78	49	62,8	29	100	78	57	73,1	20	98,7
MG	853	435	51	279	83,7	853	417	48,9	410	96,9	853	737	86,4	65	94
RJ	92	62	67,4	28	97,8	92	62	67,4	30	100	92	81	88	9	97,8
SP	645	328	50,9	244	88,7	645	313	48,5	311	96,7	645	457	70,8	165	96,4
Sudeste	1668	875	52,4	575	86,9	1668	841	50,4	780	92,7	1668	1332	79,8	259	95,4
PR	399	184	46,1	144	82,2	399	183	45,9	207	97,7	399	235	58,9	143	94,7
RS	497	361	72,6	113	95,4	496	359	72,4	118	96,2	496	375	75,6	110	97,8
SC	293	168	57,3	92	88,7	293	171	58,4	104	93,8	293	217	74	70	97,9
Sul	1189	713	60	349	89,3	1188	713	60	429	96,1	1188	827	69,6	323	96,8
Total	5564	2957	53,1	1666	83,1	5563	2920	52,5	2276	93,4	5563	4239	76,2	1104	96

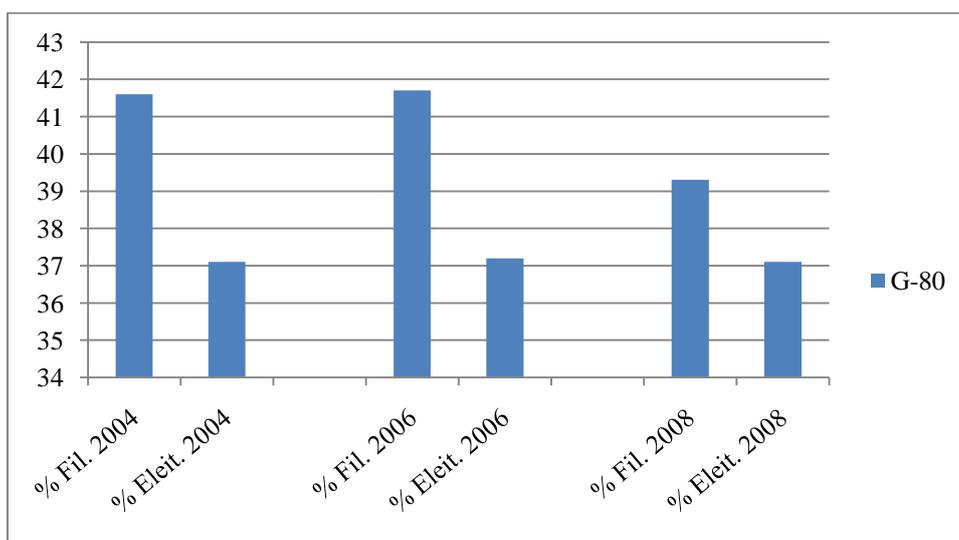
Fonte: Secretaria de Organização (Sorg) do PT

Gráfico 1. Porcentagem de filiados e eleitores, por Região



Fonte: Secretaria de Organização (Sorg) do PT e Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Gráfico 2. Porcentagem de filiados e eleitores nas capitais e cidades com mais de 200 mil eleitores (G-80)



Fonte: Sorg do PT e TSE

A relação entre os partidos políticos e seus filiados pode ser tratada de duas maneiras: de uma perspectiva individual, ou a partir de uma abordagem mais organizativa, centrada nas razões pelas quais um partido político busca obter uma ampla base de filiados e nos mecanismos que tornam isso possível (Bartolini, 1983; Scarrow, 1994). É neste lado da equação que concentramos a nossa análise. A decisão de buscar ou não uma grande base de filiados está diretamente ligada à visão que os dirigentes do partido têm a respeito de contar ou não com muitos membros na agremiação. Lago (2000), ao analisar a estratégia organizativa do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), buscou sistematizar, baseando-se em trabalhos como os de Bartolini (1983) e Scarrow (1994), os custos e benefícios, tanto internos quanto externos, na adoção, por parte dos líderes partidários, de uma estratégia organizativa que privilegie a incorporação de um grande contingente de filiados. Com algumas alterações, seguimos aqui a sua sistematização, lembrando que ela vale para partidos que operam em ambientes democráticos.

Custos:

a) Instabilidade Interna. Um grande contingente de membros, fruto de uma política ampla de filiação, pode resultar em uma maior dificuldade dos líderes para controlar o partido ou ameaçar a coesão interna, especialmente se este dispuser de mecanismos amplos de participação na tomada de decisões.

b) Riscos Eleitorais. A base partidária pode defender propostas políticas que distanciem o partido do eleitor médio, ampliando a chance de derrota em eleições e dificultando a alteração do programa partidário.

c) Desperdício de recursos. A arregimentação e manutenção de um grande número de filiados obriga o partido a alocar recursos financeiros, de pessoal e organizativos para estes fins.

Benefícios:

a) Ampliação do poder interno. Os filiados podem servir para as facções internas aumentarem seu poder nas estruturas decisórias do partido.

b) Mão de obra voluntária. Um grande contingente de membros pode facilitar o recrutamento de voluntários para realizar uma série de tarefas importantes, especialmente durante o período de campanhas eleitorais.

c) Recrutamento de candidatos. Os filiados podem se transformar em candidatos a cargos eletivos ou preencher postos em administrações controladas pelo partido.

d) Força política. Um expressivo número de membros pode demonstrar que o partido conta com grande aceitação e penetração junto ao eleitorado.

e) Recursos financeiros. Os filiados, por meio de contribuições previstas pelos partidos, podem significar uma importante fonte de recursos financeiros.

f) Desenvolvimento de políticas. Os filiados, por meio de suas experiências e vinculações com diferentes setores da sociedade, como movimentos sociais, empresários e universidades, podem auxiliar no desenvolvimento de políticas por parte dos partidos (Lago, 2000, pp. 158-161; Heidar, 2006, p.304; Ware, 1996, pp. 63-64).

A análise da relação entre custos e benefícios de contar com uma ampla base de filiados por parte de dirigentes partidários pode variar ao longo do tempo e de acordo tanto com o contexto interno quanto com o ambiente social e institucional em que a agremiação está inserida. Além disso, a decisão de contar com muitos membros pode não se efetivar se o partido não dispuser de recursos e organização para obtê-los, ou não conseguir atrair os filiados por meio dos incentivos disponibilizados. Desta forma, desvendar as razões da variação no número de filiados de um partido requer a combinação de três planos de análise: a) as ações do partido no sentido de ampliar a sua base de filiados; b) a avaliação da

capacidade organizativa da agremiação; e c) a análise do quadro político mais amplo no qual o partido está inserido.

O PT sempre se preocupou com a construção de um partido de massas e buscou, em diferentes momentos da sua história, incrementar o número de filiados. Até 2001, o mecanismo privilegiado para a aquisição de novos membros foi a realização de campanhas de filiação. Além do esforço de filiação inicial, no começo dos anos 80, o PT organizou campanhas para atrair novos membros em 1987, 1992 e 1995. É difícil avaliar o sucesso destas campanhas pela escassez de dados confiáveis. No entanto, ao combinarmos a análise dos dados disponíveis com a avaliação feita pelo próprio PT ou por membros do partido, é possível caracterizá-las como de sucesso parcial, especialmente se comparadas com as campanhas de 2003 e 2006. Em que pese a provável superestimação dos dados relativos aos filiados nos anos 80 e 90, o partido saltou de cerca de 260 mil filiados, em 1984, para pouco mais de 455 mil em 1988. Analisando a taxa de FPME, o avanço foi de 4,4 para 6,0 (36,4%) (Ribeiro, 2008, p.245). Embora não consigamos mensurar exatamente o efeito da campanha de 1987 sobre este crescimento, é possível supor que ele tenha sido positivo. Já a campanha realizada cinco anos mais tarde não atingiu seus objetivos: coordenada pelo DN, a campanha buscou mobilizar os Diretórios Estaduais e Municipais para atingir a marca de 1 milhão de filiados até o final daquele ano. Em 1993, porém, o PT contabilizava 533 mil filiados e o índice de FPME permanecia praticamente o mesmo de 1988 (5,9). Ao analisar a campanha de 1987 e as perspectivas para a campanha de 1992, Jorge Almeida, então Secretário Nacional de Juventude e membro do DN, observou que o partido não possuía recursos financeiros e organizativos para conduzir tal campanha, que, na visão do autor, levaria, no máximo, a um aumento no número de filiados, sem que estes fossem localizáveis ou integrassem a dinâmica partidária (Almeida, 1992, s.p.). O PT, ao lançar a campanha de 1995, reconheceu os problemas organizativos da agremiação e a necessidade de reorientar o processo de filiação para a manutenção de um cadastro atualizado e permanente dos membros do partido como forma de facilitar a mobilização e a comunicação internas, como é possível ver no texto de Tatau Godinho, secretária de organização à época:

Há vários anos se discute a necessidade de empreendermos uma grande reestruturação organizativa no partido. (...) Embora já tenhamos feito algumas campanhas de recadastramento de filiados do PT, nenhuma delas resultou em uma atualização efetiva do quadro de filiados ao partido.

É um consenso entre nós a importância do partido manter uma relação permanente com seus filiados. Um partido de massas como o PT precisa de filiados localizáveis (1995, s.p.)

Apesar do diagnóstico, o resultado da campanha organizada em 1995 não foi muito diferente das anteriores. O partido continuava sem contar com um cadastro organizado e parecia não conseguir expandir sua base de filiados significativamente em função de seu esforço de filiação. Alguns meses após a decisão de lançamento da campanha, o partido observou, no seu 10º EN, que seria necessário retomar o processo de filiação e recadastramento articulando-o com a expansão do partido para os municípios em que não possuía diretório, em um claro sinal de reconhecimento da ineficiência do processo de captação de membros (PT, 1998, p.637).

As observações de Almeida (1992), Godinho (1995) e do próprio PT (1998) são ótimos pontos de partida para avaliarmos os resultados da ampliação da base de filiados petista durante os anos 80 e 90. Primeiro, é necessário ponderar que, apesar das derrotas nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, o PT recebeu sempre mais de 10% dos votos para a Câmara dos Deputados nas eleições de 1990 (10,2%), 1994 (13,1%) e 1998 (13,2%) e foi apontado como partido preferido por mais de 10% dos brasileiros durante toda a década de 90 (Samuels, 2008, p. 305), demonstrando que havia espaço de crescimento para além dos 0,59% dos eleitores filiados à agremiação em 1993, ou mesmo para além dos 700 mil petistas ‘históricos’ (0,74% do eleitorado) que o partido estimava ter em 1995 (PT, 1998, p.637)⁵. Segundo, a liderança partidária sempre considerou um ativo importante contar com um amplo número de filiados e agiu, por meio de seguidas campanhas nacionais, para incrementar este número. Desta forma, está no plano da capacidade organizacional a resposta para o sucesso parcial na captação de filiados no período. Apesar de contar com uma proposta política com boa receptividade junto ao eleitorado, as ações do partido no sentido de ampliar seu número de membros esbarraram na falta de recursos financeiros, capilaridade organizativa, coordenação das ações e medidas institucionais adicionais para o maior incentivo à entrada de novos membros.

As barreiras institucionais e organizativas para a expansão do PT começaram a ser removidas a partir de 1995, quando os moderados retomaram o comando do partido no 10º EN. Tenso e muito disputado, este encontro marcou o início da aliança entre as tendências internas Articulação e Democracia Radical, que seria a espinha dorsal do grupo que controlaria o partido por 10 anos e ficaria conhecido como Campo Majoritário. Com José Dirceu à frente da presidência do partido e com os grupos moderados controlando os cargos diretivos mais importantes, o PT dava início a um amplo processo de remodelagem na sua organização, desenho institucional e ideologia, com consequências não só no âmbito da

⁵ São considerados petistas ‘históricos’ aqueles que em algum momento da vida do PT foram filiados ao partido.

participação na política institucional, mas também na sua relação mais ampla com a sociedade.

Como mostra Ribeiro (2008), o partido passou por uma reestruturação na sua organização financeira a partir da segunda metade dos anos 90, com uma crescente centralização de recursos no DN. Esta reestruturação foi facilitada pelas alterações na legislação sobre partidos políticos (Lei 9096/95), que elevou consideravelmente a quantidade de recursos disponíveis aos partidos por meio do Fundo Partidário. Segundo dados organizados pelo autor, o partido praticamente triplicou suas receitas entre 1995 e 1996, e o Fundo Partidário passou a ser a principal fonte de renda do PT (2008, pp. 108-110). A crescente participação institucional do partido também resultou em um aumento de recursos provenientes de contribuições estatutárias previstas para todos os filiados que ocupassem cargos eletivos ou comissionados. Em 2001, estas contribuições passaram a ser arrecadadas e distribuídas pela Secretaria Nacional de Finanças, em um claro esforço para garantir o aporte permanente de recursos provenientes desta fonte e evitar os atrasos nos repasses por parte dos Diretórios subnacionais (PT, 2001, p.47). A partir do ano 2000, a moderação ideológica do partido e o esforço de aproximação a setores do empresariado começaram a render benefícios financeiros ao PT e o número de doações de empresas quadruplicou entre 2000 e 2004. Construtoras, empresas de coleta de lixo, bancos e grandes indústrias de transformação passaram a figurar entre os contribuintes do partido (Ribeiro, 2008, p.111).

Paralelamente à reorganização no âmbito financeiro, o partido também concentrou esforços para ampliar a sua penetração territorial e se tornar, efetivamente, um partido presente em todo o País, como mostra a tabela 2. Mesmo depois de uma campanha presidencial em que quase venceu, em 1989, o partido, quatro anos mais tarde, encontrava-se organizado em apenas 44% dos municípios brasileiros, sendo que o número era ainda mais baixo nas regiões Norte (34%), Nordeste (37%) e Centro-Oeste (37%). Em 2000, o quadro se alterara substancialmente e o PT estava presente em 74% dos municípios, e apenas a região Nordeste apresentava números abaixo da média nacional (62%) (Ribeiro, 2008, p.249). Em 2001, o partido reafirmou sua preocupação com a expansão organizativa e decidiu, no 11º EN, atingir a marca de 3,5 mil DMs no ano seguinte (PT, 2001, p.45). Embora a meta não tenha sido atingida no prazo especificado, em 2003 o partido já contava com algum tipo de organização, somando as CPMs e os DMs, em 83,1% das cidades brasileiras. Este esforço continuaria nos anos seguintes, com a abertura significativa de CPMs entre 2003 e 2005, que saltaram de 1666 para 2276 no período, e a posterior consolidação de boa parte destas em DMs no período entre 2005 e 2009. Ao final da sua terceira década de existência, o PT

possuía DMs em 76,2% dos municípios brasileiros e CPMs em mais 19,8%, totalizando uma presença organizativa em 96% das cidades do País.

Acreditamos que a reestruturação organizativa do partido iniciada a partir da segunda metade da década de 90 tenha sido fundamental para a expansão da base de filiados a partir de 2003. Com mais recursos financeiros e uma maior presença no interior do País, ficou mais fácil atrair filiados – além de participar de mais pleitos e eleger mais representantes no nível local. No entanto, outras ações do partido contribuíram para este crescimento. Lago (2000), na sua análise sobre o PSOE, avalia que a atuação partidária em três dimensões (*Inclusão, Compromisso e Participação*) é essencial para a captação de novos membros. A primeira trata das barreiras para a entrada de um simpatizante no partido. Campanhas de filiação, ampliação da presença organizativa e facilidade no processo de registro dos novos membros são alguns dos indicadores utilizados para compreender as ações do partido nesta dimensão. A segunda diz respeito às oportunidades de participação do filiado nas atividades partidárias. Ações fora do período eleitoral e uma estrutura que organize os filiados indicam uma preocupação com a atração e inclusão de novos membros na dinâmica da agremiação. A terceira dimensão está relacionada aos canais de participação disponíveis aos filiados no processo interno de tomada de decisão, especialmente no que se refere à seleção de candidatos e escolha dos dirigentes partidários (Lago, 2000, pp. 162-163).

É na primeira dimensão, a da *Inclusão*, que encontramos o maior número de ações do partido nesta década. Além da preocupação com a construção de um cadastro nacional, que permitiria ao PT conhecer suas debilidades organizativas e construir uma política de filiação mais racional e focada nas localidades em que o partido encontrava-se mais fraco, a agremiação buscou facilitar o processo de entrada de novos membros, alterando as regras de filiação (PT, 1999, p.27). Em 2001, após anos de discussão, o novo Estatuto do PT foi aprovado e, nele, o partido instituiu, no artigo 10, a possibilidade de filiações coletivas durante a realização de campanhas de adesão (PT, 2001, p.21).

Após os resultados das eleições de 2002, nas quais o partido elegeu o presidente da República e foi o que mais votos recebeu tanto para as Assembleias Legislativas quanto para a Câmara dos Deputados, a direção do PT concluiu que havia espaço para uma ampla campanha de filiação em 2003⁶. Com os slogans “coloque nossa estrela no lugar certo: no coração de um amigo” e “se você é PT de coração, queremos falar com você” (Sorg, 2003, s.p.), a campanha

⁶ No manual de campanha elaborado para os Diretórios e Comissões Provisórias, a Sorg declarou: “A primeira pergunta é: por que é tão importante fazer uma campanha de filiação agora? A resposta é simples: por que hoje, mais do que nunca, o PT tem uma grande oportunidade de crescer e se fortalecer” (Sorg, 2003, s.p.)

iniciada em setembro de 2003 foi muito mais organizada e estruturada do que as anteriores. O partido disponibilizou um número gratuito 0800 e um espaço especial em seu sítio na internet para aqueles que quisessem obter informações. Os dados obtidos pelo telefone e pela internet eram repassados aos diretórios locais para que estes entrassem em contato diretamente com os interessados. Os diretórios receberam material gráfico sobre o PT, brindes para distribuir aos novos membros e um manual no qual havia uma série de medidas que deveriam adotar para que a campanha fosse bem sucedida, como o estabelecimento de uma equipe de filiação, um horário fixo de atendimento e recomendações a respeito de como tratar os interessados em ingressar no partido (Sorg, 2003, s.p.).

Embora seja impossível mensurar exatamente o efeito da campanha na captação de filiados, os dados nos mostram que ela foi bem sucedida, pois o partido saltou de cerca de 420 mil filiados, em junho de 2003, para mais de 800 mil em janeiro de 2005. Na avaliação do número de filiados por eleitor, o PT passou de 3,6 para 6,9 FPME e todos os Estados apresentaram um crescimento significativo no número de membros no período (tabela 1).

Em abril de 2006, ao final de seu 13º EN, o PT lançou uma nova campanha de filiação. Em um contexto diferente, marcado pela crise de corrupção que atingiu o partido e muitas das suas lideranças em 2005, esta campanha buscou também recuperar a imagem do partido junto aos seus simpatizantes e sinalizar aos filiados que a agremiação estava recuperada dos escândalos políticos e pronta para disputar as eleições de 2006. No guia elaborado para a campanha, o partido afirmou não se preocupar tanto com prazos e metas de filiação – embora achasse possível superar a marca de 1 milhão de filiados -, mas sim em preparar os militantes petistas para a disputa eleitoral e ampliar a presença do partido nos pequenos municípios (Sorg, 2006, p.3). Do ponto de vista organizativo, a novidade desta campanha foi a possibilidade de contar com dados detalhados a respeito do número de membros do partido em cada Estado e município. O sistema montado pela Sorg tornou possível fazer um diagnóstico preciso da situação organizativa do partido em cada unidade da federação e orientar as ações dos diretórios locais.

A julgar pelo crescimento no número de filiados, a campanha de 2006 também foi bem sucedida. Em janeiro de 2008, o partido contava com quase 1,4 milhão de filiados e um índice de 10,6 FPME, o que significava que, pela primeira vez na sua história, o partido conseguia superar a marca de 1% de eleitores filiados no País. Esta segunda onda de expansão no número de filiados no Governo Lula, como mencionamos antes, também foi marcada por um forte crescimento do partido na região Nordeste, que saltou de 5,5 para 10,2 FPME (tabela

1), e uma ampliação na proporção do número de filiados em municípios de pequeno e médio porte (gráfico 2).

Além das campanhas de filiação, outra importante redução na barreira de inclusão foi a maior presença territorial do PT. A expansão rumo aos pequenos municípios tornou mais fácil o processo de captação de membros, além de potencializar os efeitos das campanhas nacionais de filiação. Um indicativo da ligação entre a capilaridade organizativa e a presença de filiados ao partido aparece na tabela 3, na qual encontramos, por meio da correlação de Spearman, uma associação significativa, positiva e moderada entre a porcentagem de municípios no qual o PT estava organizado, por Estado, e a taxa de FPME. No entanto, é preciso observar os dados com cuidado, pois a queda no r a partir de 2005 indica que as variáveis estiveram menos ligadas durante as ondas de expansão dos filiados durante o Governo Lula, demonstrando uma menor associação entre a penetração territorial do partido e a taxa de FPME.

Tabela 3. Correlação entre a taxa de FPME e a porcentagem de DMs organizados, por Estado

	DMs Organizados-03 (%)	DMs Organizados-05 (%)	DMs Organizados-09 (%)
FPME – 03 (Sig.)	$r = ,556$		
N	,003 26*		
FPME – 05 (Sig.)		$r = ,454$	
N		,020 26*	
FPME – 10 (Sig.)			$r = ,477$
N			,014 26*

*O DF foi excluído por contar com apenas um DM.

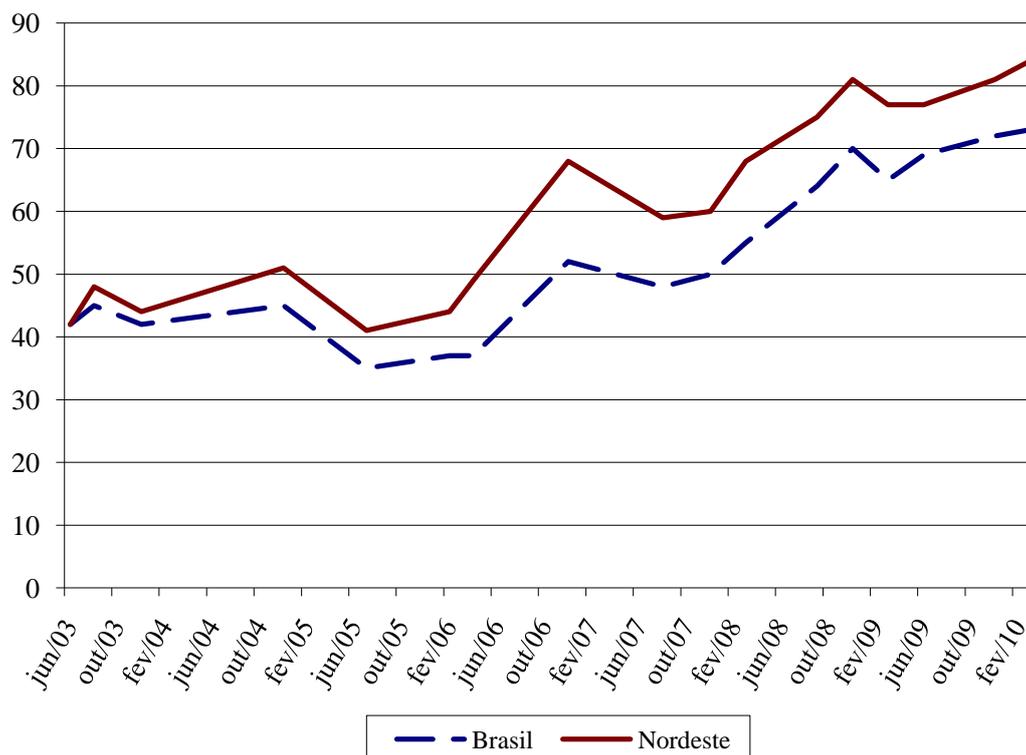
Ainda que indiretamente, outros dois aspectos importantes parecem ter facilitado a entrada de novos membros no partido a partir de 2003 e se enquadrariam na dimensão da *Inclusão*. Chamaremos estes dois aspectos de: a) ‘Redução das barreiras ideológicas’ e b) ‘Efeito Lula’. Embora não seja possível mensurar o posicionamento ideológico dos filiados – especialmente daqueles que entraram no partido a partir de 2003 –, é possível supor que a moderação ideológica do PT a partir da segunda metade da década de 90 e a caminhada rumo ao centro do espectro político, amplamente discutida na literatura (Amaral, 2003; Samuels, 2004; Hunter, 2007; 2008; Ribeiro, 2008), tenha exercido algum efeito positivo na captação de filiados durante o Governo Lula. Mais perto do centro, o partido ampliou o seu ‘território de caça’, aproximando-se de um grande contingente de eleitores que não se identificavam

com posturas mais radicais de esquerda. Alguns indícios de que isto pode ter ocorrido encontram-se no trabalho de Samuels (2008). Ao analisar os eleitores que se identificavam com o partido em 2007, o autor mostra que, diferentemente do que acontecia em 2002, “a ideologia de esquerda não prediz mais a identificação com o PT” (2008, p.311). Samuels sugere também que o crescimento da identificação com o partido nos últimos anos, quando passou de cerca de 10%, em 1997, para um nível próximo aos 20%, a partir de 2001, está relacionado à moderação ideológica da agremiação. Identificar-se com um partido e se filiar a ele são coisas muito diferentes. No entanto, parece-nos razoável afirmar que a ampliação do número de eleitores que se identificam com o PT facilita o trabalho do partido no processo de recrutamento de novos membros.

O ‘Efeito Lula’, também de difícil mensuração, é a associação entre a popularidade do presidente e seu governo e o aumento do número de filiados ao PT, especialmente a partir de 2006. O primeiro indicador que podemos utilizar é o crescimento, entre 2006 e 2008, da taxa de FPME muito acima da média nacional na região Nordeste. Neste período, o aumento na taxa foi de 85,4% na região, enquanto no Brasil foi de 51,4%. Como é possível observar no gráfico 3, a diferença entre os níveis de aprovação do presidente no Nordeste e no Brasil aumentou significativamente em 2006, com a aprovação de Lula atingindo 68% na região⁷. Neste mesmo ano, esta foi a região em que Lula recebeu a maior porcentagem de votos válidos (66,8%) no primeiro turno do pleito em que tentava a reeleição, representando um crescimento de 20,9 pontos percentuais com relação às eleições de 2002. Já o PT obteve os mesmos 13,2% dos votos para a Câmara dos Deputados na região nos pleitos realizados em 2002 e 2006. O segundo indicador é a análise do grau de associação, por meio da correlação de Pearson, entre a variação na taxa de FPME (em %), por Estado, entre 2006 e 2008, e a porcentagem de votos válidos recebidos pelo presidente Lula no primeiro turno em 2006. Como forma de controle, avaliamos também se houve associação entre a variação nas taxas de FPME entre 2006 e 2008, por Estado, e a porcentagem de votos recebidos pelo PT para a Câmara dos Deputados em 2006, e replicamos os testes com a variação da taxa de FPME entre 2003 e 2006, por Estado, e as porcentagens de votos válidos recebidos por Lula no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, e pelo PT para a Câmara no mesmo ano (tabela 4).

⁷ Os dados foram retirados do Instituto Datafolha e indicam a porcentagem de pessoas que responderam ‘ótimo’ e ‘bom’ para a seguinte pergunta: “Na sua opinião o presidente Lula está fazendo um governo: _____”. Dados disponíveis em: <http://www.datafolha.com.br>. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

Gráfico 3. Aprovação do presidente Lula (%)



Fonte: Datafolha

Tabela 4. Correlação entre a variação na taxa de FPME (%) e as votações recebidas por Lula e pelo PT (%), por Estado

	Lula 2002	PT 2002	Lula 2006	PT 2006
FPME 03-06	$r = ,032$	$r = -,053$	$r = ,008$	$r = ,003$
(Sig.)	,876	,794	,970	,989
N	27	27	27	27
FPME 06-08			$r = ,688$	$r = -,015$
(Sig.)			,000	,942
N			27	27

Os testes mostram que a correlação entre a variação na taxa de FPME entre 2006 e 2008 e a porcentagem de votos recebida pelo presidente Lula em 2006 é moderada e positiva, além de significativa. Nenhuma das outras correlações analisadas mostrou-se significativa. Os indicadores utilizados apontam para a conclusão de que o PT encontrou mais facilidade, na segunda onda de filiações durante o Governo Lula, em atrair membros na região em que o presidente gozou de grande aprovação a partir de 2006 e nos Estados em que foi mais bem votado no primeiro turno das eleições daquele ano, e não naqueles em que o partido foi mais forte nas eleições para a Câmara dos Deputados. Ou seja, as barreiras de inclusão de novos filiados foram menores nos Estados em que o presidente obteve seus melhores desempenhos

eleitorais. Esta conclusão indica uma novidade importante no padrão de recrutamento de filiados ao partido e nas implicações políticas da alta popularidade obtida pelo presidente Lula durante o exercício de seu segundo mandato. A elas voltaremos na conclusão deste artigo.

As dimensões do *Compromisso* e da *Participação* podem ser tratadas em conjunto no caso do PT. Em ambas, é possível observarmos alterações no desenho institucional do partido voltadas para a redução nos custos de participação do filiado tanto nas atividades partidárias quanto no processo interno de tomada de decisão. A alteração do Estatuto do PT, em 2001, foi o momento de consolidação de uma série de mudanças no arranjo institucional petista que vinham sendo discutidas durante toda a década de 90, como vimos antes. Entre as alterações, estavam novas regras para a participação dos filiados na vida partidária. A mais importante delas foi a definição da eleição direta (PED) para a escolha dos dirigentes petistas. Até 2001, os dirigentes eram escolhidos nos Encontros realizados pelo partido em todos os seus níveis. Ou seja, os filiados podiam participar diretamente apenas da escolha da direção e do presidente no nível municipal, ou zonal, dependendo do porte da cidade. Os Encontros Municipais eram os responsáveis por enviar os delegados para os Encontros Estaduais, que escolhiam o Diretório e o presidente do partido, e mandavam representantes para o Encontro Nacional, responsável por eleger o DN e o presidente nacional do PT. A estrutura decisória petista privilegiava os encontros e estabelecia que um filiado, para participar do processo decisório nas instâncias superiores, necessitava passar, no mínimo, pelo crivo do encontro em nível local. O Estatuto de 2001 mudou este processo, fortalecendo a base de filiados ao oferecer a ela a possibilidade de escolher até mesmo o mais alto dirigente do partido. Isto significa que mesmo um filiado que não frequente regularmente as reuniões do partido e não compareça sempre ao diretório local pode influir no processo interno de seleção de lideranças em todos os níveis. Desde que as novas regras foram aprovadas, o PT realizou quatro PEDs, em 2001, 2005, 2007 e 2009, o que demonstra um nível elevado de atividade partidária da qual podem participar todos os filiados em períodos não eleitorais. Apenas em 2003 não ocorreram eleições no Brasil ou no PT. O nível de participação dos membros, mesmo com o aumento de filiações, manteve-se em torno de 40%⁸. Embora seja difícil comparações temporais por conta da precariedade dos dados anteriores a 2001, Almeida afirmou, em 1992, que no máximo 20% dos filiados participavam dos encontros do partido (1992, s.p.). Além do PED, o estatuto de 2001 definiu também quatro tipos de consulta aos membros do partido: plebiscitos, referendos, consultas e prévias eleitorais. Plebiscitos e referendos podem ser convocados em qualquer nível partidário desde que subscritos por pelo menos 20% dos

⁸ Os dados foram fornecidos pela Sorg.

filiados e possuem caráter deliberativo. As consultas seguem a mesma lógica de convocação, mas servem apenas para informar à direção a posição da base partidária sobre um tema. As prévias devem acontecer quando houver mais de um pré-candidato às eleições majoritárias⁹. A instituição de prévias resultou na construção de mais um mecanismo importante - pois trata da seleção de candidatos - do qual podem participar todos os membros do partido independentemente de seu 'nível de ativismo'.

As mudanças estatutárias, defendidas pelo Campo Majoritário, resolveram, de forma engenhosa, uma difícil equação em torno da organização partidária. Ao mesmo tempo em que contemplavam as demandas internas por maior participação e democracia, ofereciam aos filiados mais mecanismos de integração às atividades partidárias, sem exigir em troca um alto nível de ativismo, fornecendo assim mais incentivos institucionais para a captação de novos membros sem comprometer a tradição do PT. Embora uma novidade no âmbito partidário brasileiro, esta prática já havia sido identificada em outros partidos da Europa Ocidental, como o Trabalhista britânico (Seyd, 1999; Seyd & Whiteley, 2002; Katz & Mair, 2002; Kittilson & Scarrow, 2003). Katz e Mair vinculam a implantação de mecanismos mais democráticos envolvendo todos os filiados tanto à história e tradição do partido quanto ao desejo por parte da liderança em diminuir a importância de setores organizados das agremiações no processo decisório interno (2002, pp.127-129).

Antes de concluirmos este item, é necessário reportar que outros dois testes de associação foram realizados para tentar elucidar um pouco mais as razões do crescimento no número de filiados ao PT a partir de 2003. O primeiro deles buscou medir o grau de associação entre o crescimento no número de filiados e o fato do PT ser governo em um determinado período. Para isso, optamos por realizar os testes com os dados obtidos sobre as capitais e os municípios com mais de 200 mil eleitores no País em 2008. Esta opção foi preferível por contar com um número maior de casos em que o PT é governo (18 das 80 cidades entre 2005 e 2008). O segundo teste está relacionado à hipótese levantada por Bartolini (1983) e Lago (2000) de que a disputa interna pode levar a uma maior busca de filiados por parte das facções dos partidos. Um dos desdobramentos possíveis desta hipótese é a suposição de que nos locais onde a disputa interna é mais dura há incentivos para que os líderes partidários realizem filiações com o objetivo de fortalecer suas posições internamente, inflando o número de membros do partido. Como não foi possível obter os dados das disputas estaduais e municipais do PT em todo o País, optamos por construir uma classificação categórica que dividisse os Estados brasileiros entre aqueles em que a disputa política é forte

⁹ Conforme previsto nos artigos 61, 62 e 135 do Estatuto do PT aprovado em 2001 (PT, 2001).

ou fraca. Para isso, utilizamos os dados das eleições para o DN em todo o País e classificamos como Estados em que há uma forte disputa política aqueles em que nenhuma chapa obteve a maioria dos votos válidos em pelo menos dois dos três PEDs realizados a partir de 2003 (BA, DF, MA, MG, MS, MT, PE, PI, RJ, RN, RS, SC e SP). O primeiro teste apresentou uma correlação muito baixa entre as variáveis ($r = ,263$; Sig. ,018) e o segundo demonstrou não haver uma associação significativa (Sig. ,318).

Neste item em que avaliamos a base de filiados do PT, demonstramos que o partido sempre desejou contar com um grande número de membros, mas encontrava limitações financeiras e de organização. Estas limitações começaram a ser superadas a partir de 1995, quando os moderados retomaram o controle do partido e consolidaram sua posição de liderança. Mais organizado e com mais recursos financeiros disponíveis, o partido agiu tanto para reduzir a barreira de inclusão dos filiados como para incrementar os mecanismos de participação dos membros em atividades partidárias mínimas e no processo decisório interno, o que explica os dois saltos de crescimento no número de filiados durante o Governo Lula. Voltaremos a algumas destas conclusões no final do artigo.

As lideranças intermediárias

Os encontros e congressos nacionais do PT são as instâncias máximas de deliberação “sobre o programa, a estratégia, a tática, a política de alianças e as linhas de construção partidária” (PT, 2001, p.30). Deles participam delegados de todo o país escolhidos em seus respectivos encontros estaduais. A proporcionalidade é dada de acordo com a força do partido nas unidades da federação: até 2001, de acordo com o número de filiados e, a partir daquela data, respeitando o número de votantes nos PEDs. Isto significa que para um delegado chegar a um encontro de nível nacional ele deve passar por escolhas no nível local e estadual e ter algum tipo de inserção na máquina partidária ou projeção pública. Os dados da tabela 5 mostram que, em todos os congressos sobre os quais dispomos de dados, pelo menos 85% dos delegados participavam de alguma instância partidária. Na sua maioria, eram membros de instâncias municipais e estaduais de todo o País. Isto nos permite afirmar que o conjunto de delegados compõe uma mostra representativa das lideranças intermediárias do partido.

Tabela 5. Participação dos delegados em instâncias partidárias (%)

	1997 (11º EN)	1999 (II CN)	2001 (12º EN)	2006 (13º EN)	2007 (III CN)
Participam	87	89	92	93,1	89,4
Núcleo de base	7	10	8,8	2,7	2,6
Diretório Zonal	6	8	7,4	5,6	8
Diretório Municipal	47	47	43,5	50,1	59,4
Diretório Estadual	43	43	43,7	47,1	33,0
Direção Nacional	6	2	6,4	4,5	2,5
Outras	6	-	9,8	7	3,8
N	(187)	(544)	(431)	(864)	(775)

Fonte: Núcleo de Opinião Pública (NOP) da Fundação Perseu Abramo (FPA)

O perfil dos delegados petistas reunido na tabela 6 nos permite identificar algumas importantes características da liderança intermediária do partido. A primeira delas é que, entre 1997 e 2007, houve pouca alteração no predomínio dos homens entre os delegados, evidenciando a dificuldade de inserção das mulheres na vida partidária, mesmo após a introdução de cotas para as instâncias de direção do PT a partir dos anos 90¹⁰. Com relação à idade dos delegados, é possível perceber uma clara tendência de envelhecimento. Em 1997, 64% dos delegados possuíam até 40 anos. Dez anos depois, a proporção se inverteu e apenas 35,1% encontravam-se nesta faixa etária. Estes dados mostram a dificuldade crescente de incorporação de jovens nos quadros médios do partido e nos ajuda a compreender, como veremos abaixo, a menor inserção do movimento estudantil entre a liderança petista.

O alto nível de escolaridade dos delegados também é uma marca do período analisado. Em nenhum dos encontros a porcentagem de delegados que chegou a frequentar um curso superior foi inferior a 70%, assim como em nenhum deles foi superior a 5% a quantidade de delegados que nunca estudou ou cursou apenas o primeiro grau. No que toca à identidade religiosa, o catolicismo manteve-se como a mais mencionada entre os delegados, apresentando um leve crescimento entre 2001 e 2007. Este dado não surpreende, pois, como foi apontado em outros trabalhos (Meneguello, 1989; Keck, 1991; Rodrigues, 1997), a ala progressista da Igreja Católica esteve muito presente nos anos de formação do partido e foi um dos elementos de construção da própria identidade ideológica do PT. É interessante notar, porém, que houve uma redução entre aqueles que não possuem religião e um crescimento dos que se afirmam evangélicos, que passaram de 2%, em 1997, para 8,4%, dez anos depois. Já os

¹⁰ O Estatuto do PT estabelece, no seu art. 22, inciso V, que 30% dos integrantes da direção partidária devem ser mulheres (PT, 2001, p.32).

dados com relação à renda individual dos delegados precisam ser analisados com cuidado. À primeira vista, parece haver uma redução nos rendimentos, pois a porcentagem de delegados que ganham mais de 10 salários mínimos passou de 60%, em 1999, para 34,6% em 2007. No entanto, como argumentamos em outro trabalho, esta redução pode ser explicada, em grande medida, pelo aumento real do salário mínimo no período estudado (Meneguello & Amaral, 2008, p.13).

Tabela 6. Perfil do delegado petista (%)

	1997 11° EN	1999 II CN	2001 12° EN	2006 13° EN	2007 III CN
Condição de Trabalho¹¹					
Funcionários Públicos	33	49	43,9	54,3	-
Assalariados	32	23	20,1	12,5	-
Profissionais Liberais	9	6	8,1	6,9	-
Autônomos	3	2	5,6	9,0	-
N				(289)	
Escolaridade¹²					
Nuca estudou	-	-	-	0,1	0,1
1° Grau	5	5	3,9	2,2	4,9
2° Grau	21	22	12,9	16,0	19,0
Superior	62	57	64,7	68,1	65,7
Mestrado/Doutorado	11	14	18,3	12,6	9,8
Sem resposta	1	1	0,2	1	0,5
Renda individual					
Até 2 sm	6	6	4,5	6,0	7,5
2 a 5 sm	14	9	11,6	19,1	25,5
5 a 10 sm	19	22	23,3	33,0	31,6
10 a 20 sm	27	34	33,9	26,4	24,3
Mais de 20 sm	28	26	24,4	13,4	10,3
Sem resposta	6	3	2,2	2,1	0,8
Idade					
Até 25 anos	5	5	3,6	4,3	1,7
26 a 30 anos	13	9	8,2	6,9	6,3
31 a 40 anos	46	41	40,3	29,5	27,1
41 anos ou mais	32	38	46,3	59,0	64,8
Sem resposta	4	6	1,6	0,2	0,1
Sexo					
Homens	80	77	74,7	75,6	80
Mulheres	20	23	25,3	24,4	20
Religião¹³					
Católica	57	59	58,6	62,7	66,5
Espírita	5	3	2,1	6,1	5,2

¹¹ Os dados relativos a 2006, em pesquisa realizada pelo autor. As categorias retratadas foram as mais citadas em 2006.

¹² Os dados relativos à escolaridade referem-se aos delegados que chegaram ao menos a frequentar cada categoria.

¹³ Para 2001, 2006 e 2007, resposta múltipla.

Umbanda	1	-	0,5	2,8	1,5
Evangélica	2	2	1,5	9,7	8,4
Não tem	30	31	33,7	24,5	22,2
Outras	4	3	3,6	6,3	5,2
Sem resposta	1	2	0,7	0,2	0,3
N	(187)	(544)	(431)	(864)	(775)

Fonte: NOP da FPA e pesquisa realizada pelo autor no 13º EN do PT

As mudanças mais significativas no perfil social da liderança intermediária petista estão ligadas às suas condições de trabalho. Como mostrou Rodrigues, o PT poderia ser classificado, em meados dos anos 90, como um partido de classe média, com o predomínio de assalariados com alto nível de escolaridade, em especial funcionários públicos e líderes sindicais (1997, p.306). Como acabamos de mostrar, boa parte deste perfil se manteve nos últimos 12 anos. No entanto, a predominância de funcionários públicos entre as lideranças intermediárias petistas aumentou significativamente entre 1997 e 2006. No 13º EN, 54,3% dos delegados afirmaram ser funcionários públicos. Nove anos antes, a porcentagem era de 33%. Neste mesmo período, a parcela de assalariados caiu de 32% para 13,5%. São dois os fatores que contribuíram para este crescimento dos funcionários públicos entre a liderança intermediária petista. O primeiro - e mais importante - está ligado à proximidade dos sindicatos de setores do serviço público ao partido, especialmente a partir dos anos 90. De acordo com Samuels, a reestruturação produtiva provocada pelo avanço de políticas pró-mercado fez com que grupos de base tradicionais do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como trabalhadores da indústria e bancários, perdessem força política e cedessem espaço a outros segmentos organizados, como os trabalhadores do serviço público, resultando em uma importante alteração na base de apoio do partido (2004, pp.1006-07). O segundo é consequência da maior inserção institucional do PT. Como é possível observar na tabela 7, a partir da segunda metade da década de 90 houve uma elevação na porcentagem de delegados que ocupam cargos de confiança no Executivo e no Legislativo, o que provavelmente contribuiu para o aumento na proporção de funcionários públicos entre a liderança intermediária petista no período analisado.

Os dados relativos à profissionalização na política também nos indicam importantes alterações no perfil da liderança intermediária petista no período analisado¹⁴. A história que os números contam é a da inversão, durante a década de 90, na proporção entre os profissionalizados nas esferas estatais e fora dela. Como podemos observar na tabela 7, em 1990, 35,5% dos delegados exerciam atividade política remunerada fora do Estado, enquanto

¹⁴ Classificamos como 'profissionais da política' os delegados que são remunerados para exercer atividade política.

22,1% ocupavam cargos eletivos ou postos de confiança no Executivo e Legislativo. Onze anos depois, a tendência se alterou substantivamente e 16,2% eram profissionais da política fora da esfera estatal enquanto 53,3% ocupavam cargos eletivos ou comissionados. Como aponta a literatura, esta inversão foi resultado da maior inserção institucional do PT no período, com o crescimento no número de parlamentares e mandatários no Executivo em todos os níveis (Singer, 2001; Meneguello & Amaral, 2008; Ribeiro, 2008). É interessante notar que, embora predominantes entre os profissionalizados, o número de ocupantes de cargos eletivos e de confiança caiu entre 2001 e 2007, atingindo 34,4%. Alguns fatores parecem ter contribuído de forma combinada para esta queda: o primeiro é o expressivo aumento no número de delegados que passaram a comparecer aos encontros (538, em 2001, e 1053 e 927, em 2006 e 2007, respectivamente), o que ampliou a possibilidade de incorporação das lideranças intermediárias aos processos deliberativos do partido. O segundo é a substantiva redução na porcentagem de delegados profissionalizados na esfera estatal no Estado de São Paulo, que caiu de 69,1% para 33,1% no período. Como São Paulo é a unidade da federação que mais envia delegados aos encontros nacionais, alterações no perfil da delegação paulista refletem significativamente nos dados nacionais. É provável que o final da prefeitura de Marta Suplicy na capital paulista, em 2004, tenha contribuído para esta redução. O terceiro fator, levantado por Ribeiro, é o deslocamento de milhares de quadros petistas para Brasília com a vitória de Lula em 2002. Este deslocamento pode ter afastado um número significativo de lideranças intermediárias de suas atividades partidárias locais, impactando nas delegações enviadas aos encontros nacionais (2008, p.154). Para que um quadro mais claro a respeito desta diminuição apareça, será necessário analisar os dados das próximas pesquisas com os delegados petistas.

Tabela 7. Tipo de profissionalização política (%)¹⁵

	1990 7ºEN	1991 I CN	1997 11º EN	1999 II CN	2001 12º EN	2006 13º EN	2007 III CN
Não é profissionalizado	40,8	40,2	31	34	25,6	51,7	59,1
Cargo eletivo no Executivo/Legislativo	10,9	11,5	19	18	23,7	14,8	15,9
Cargo de confiança no Executivo/Legislativo	11,2	17,0	21	24	29,6	24,5	18,5
Profissionalizado pelo PT (dirigente ou	7,2	8,6	7	6	9,7	4,7	3,4

¹⁵ Os dados relativos a 1990 e 1991 foram retirados de Novaes (1993). Os dados relativos a 1997 e 1999, de Ribeiro (2008), que os organizou a partir das pesquisas fornecidas pela FPA. Os dados de 2001, 2006 e 2007 foram organizados pelo autor, a partir da base de dados fornecida pela FPA.

assessor)							
Militante profissionalizado pela tendência	-	-	2	2	2,1	0,3	0,4
Profissionalizado por movimento social	28,3	17,5	9	6	2,1	2,7	0,9
Outras atividades	-	1,6	-	-	2,3	0,5	1,8
Sem resposta	1,6	3,6	-	-	4,9	0,7	0,1
N	(289)	(671)	(187)	(544)	(431)	(864)	(775)

Fonte: Novaes (1993, p.228); Ribeiro (2008, p.152); e NOP da FPA.

A recente redução na porcentagem de delegados profissionalizados na esfera estatal não invalida, porém, a constatação de que as lideranças intermediárias, especialmente aquelas que exercem atividade política remunerada, aproximaram-se do Estado a partir da década de 90. Esta constatação encontra paralelos na literatura sobre os partidos socialdemocratas europeus (Poguntke, 1994; Share, 1999). Share observa que, em 1988, 70% dos delegados presentes ao congresso do PSOE, que governava a Espanha havia seis anos, ocupavam cargos eletivos ou postos administrativos (1999, p.98). Katz e Mair, em uma perspectiva teórica mais ampla, usam dados como estes para justificar a ascendência da face pública do partido e a emergência do modelo de *partido cartel* (2002).

Com relação ao caso petista, Ribeiro foi o primeiro a defender, de maneira estruturada e coerente, que o PT aproximou-se do Estado e se afastou dos atores da sociedade civil. Um ponto importante da sua argumentação reside na avaliação de que o partido distanciou-se dos movimentos sociais *conforme* se aproximou do Estado, e um dos indicadores que usa deriva dos dados obtidos com os delegados presentes aos encontros nacionais do partido (2008, pp. 164-166). Não concordamos com esta avaliação e mostramos, a partir de agora, que o PT continua permeável à participação de atores da sociedade civil organizada.

Começamos por demonstrar que *não* há uma associação inversa significativa entre a profissionalização em cargos públicos e a participação em movimentos sociais, como afirma Ribeiro (2008, p.165). Demonstramos isto ao testarmos, por meio da correlação de Spearman, o grau de associação entre a porcentagem de delegados que ocupavam cargos eletivos e de confiança, por unidade da federação, e a de delegados que participavam de movimentos sociais em 2001, 2006 e 2007 (tabela 8). Conforme mostram os testes, não é possível afirmar que os Estados em que há uma maior porcentagem de delegados ocupando postos eletivos ou comissionados são aqueles em que há baixos níveis de participação nos movimentos sociais. Desta forma, também não é possível supor que as lideranças intermediárias deixem de participar de movimentos sociais ao se profissionalizarem na esfera estatal.

Tabela 8. Correlação entre a porcentagem de delegados profissionalizados em esferas estatais e a de delegados que participam de movimentos ou organizações sociais

	Participação 2001 12° EN	Participação 2006 13° EN	Participação 2007 III CN
Profissionalização 2001 (12° EN) (Sig.) N	$r = -,167$,414 26*		
Profissionalização 2006 (13° EN) (Sig.) N		$r = -,214$,295 26*	
Profissionalização 2007 (III CN) (Sig.) N			$r = -,010$,960 27

* O Estado de Roraima foi excluído por não haver dados sobre seus delegados

Nosso argumento é o de que, no lugar de haver um deslocamento entre a liderança intermediária dos movimentos sociais para o Estado, o que acontece é uma dupla atividade. Ou seja, os delegados permanecem com seus vínculos junto aos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que desempenham atividades em posições eletivas ou cargos de confiança. A tabela 9 mostra que, entre 2001 e 2007, o nível de participação em movimentos sociais entre os delegados profissionalizados junto ao Estado manteve-se em torno de 65%, uma porcentagem bastante significativa apesar de levemente mais baixa do que o nível de participação entre as lideranças intermediárias como um todo. Embora não seja possível realizar comparações com o período anterior a 2001, estes dados mostram que o PT, apesar de todas as transformações pelas quais passou na segunda metade da década de 90, ainda serve como importante conexão entre o Estado e os movimentos sociais. Voltaremos a este tema nas conclusões deste artigo.

Tabela 9. Participação em movimentos ou organizações sociais (%)

	2001 12° EN	2006 13° EN	2007 III CN
Delegados	69,2	71,9	70,9
Ocupantes de cargos de confiança ou eletivos	64,8	66,2	65,4
N	(431)	(864)	(385)

Fonte: NOP da FPA

Os dados referentes à participação dos delegados em movimentos sociais exigiram uma readequação na classificação para as respostas dadas pelas lideranças intermediárias nos encontros de 2006 e 2007. Excluímos os delegados que, perguntados se participavam de

algum movimento ou organização social, responderam que sim e mencionaram instituições ligadas ao próprio PT, como o Setorial de Mulheres, ou ligadas ao Estado, como os conselhos municipais ou a Funai. Após esta exclusão, prosseguimos com a reclassificação de acordo com as categorias utilizadas nas pesquisas realizadas em 1997 e 2001. Além da reclassificação, outro alerta de natureza metodológica precisa ser feito. O elevado número de respostas encontradas na categoria ‘Outros’ deve-se à alteração na metodologia das pesquisas. O autopreenchimento de questionários em 1997 e 2001 limitava as respostas possíveis, o que provavelmente redundou em uma tentativa do próprio pesquisado em se enquadrar em uma das categorias disponíveis. Em 2006 e 2007, as pesquisas foram feitas por meio de entrevistas, o que permitiu aos delegados mencionarem diretamente a organização ou movimento dos quais faziam parte.

Começamos por apontar que durante todo o período analisado há um forte vínculo das lideranças intermediárias com os movimentos sociais (tabela 10). Entre 1997 e 2007, cerca de 70% dos delegados afirmaram fazer parte de algum tipo de movimento ou organização social. Muitos dos delegados faziam parte de mais de um movimento e eram tanto dirigentes quanto militantes de base. No entanto, é possível notar uma tendência de redução na porcentagem daqueles que não ocupavam postos de direção nos movimentos, o que sugere uma crescente dificuldade do partido em incorporar quadros de base dos movimentos sociais ao grupo das lideranças intermediárias. Com relação à natureza dos movimentos, é possível observar que os grupos de origem do partido, como sindicalistas e membros de organizações religiosas, continuam sendo os mais representativos. Em 2006, quando a amostra foi maior, 47 sindicatos e 11 pastorais da Igreja Católica foram mencionados pelos delegados. A exceção neste caso fica por conta dos movimentos populares urbanos. No entanto, é preciso relativizar esta queda, pois a categoria ‘Outros’ conta com associações de bairro e moradores - organizações sociais que provavelmente entraram na categoria ‘Movimentos Populares Urbanos’ em 1997 e 2001. O envelhecimento dos delegados provocou um impacto na representação dos estudantes e jovens. Entre 2001 e 2007, a porcentagem de delegados associados aos movimentos estudantis e de juventude passou de 8,3% para 2,3%.

Tabela 10. Participação dos delegados em movimentos ou organizações sociais (%)

	1997 (11° EN)	2001 (12° EN)	2006 (13° EN)	2007 (III CN)
Sim	70	69,2	71,9	70,9
Direção	-	70	73,8	69,6
Mil. de base	-	85,1	70,7	62,3
(% do total)				
Sindical	31	28,6	30,7	24,4
Pop. Urbano	23	17,5	11,0	6,2
MST	3	3,5	1,7	2,6
Mulheres	9	10,1	6,7	6,0
Racismo/Negro	4	4,9	3,2	3,6
Estudantil/Juv.	7	8,3	5,2	2,3
Ecol/Ambiental	6	8,6	3,2	3,4
Gays/Lésbicas	2	1,1	0,3	-
Orgs. Religiosas	9	7,6	8,6	7,5
ONGs	9	11,0	3,7	4,7
Outros	10	6,4	30,0	33,8
N	(187)	(431)	(864)	(385)

Fonte: NOP da FPA

Um dado complementar ao nível de participação dos delegados em movimentos sociais é o que nos permite identificar se a liderança intermediária possuía algum vínculo com atores da sociedade civil quando entrou para o PT. Este dado torna possível descobrir os padrões de recrutamento dos delegados e as portas de entrada para o partido. Infelizmente, a FPA não fez este questionamento nas pesquisas anteriores a 2007, o que torna impossível comparações no tempo. Como mostramos na tabela 11, 82,9% dos delegados estavam ligados a algum movimento social quando entraram no partido. Os dados desagregados por período de filiação não mostram grande variação, e mesmo as lideranças com menos tempo de PT entraram no partido possuindo vínculos com a sociedade civil organizada (tabela 12).

Ao observarmos as origens das lideranças intermediárias junto aos movimentos sociais, é possível identificar que três categorias se destacam: ‘Movimento Sindical’, ‘Organizações Religiosas’ e ‘Movimento Estudantil e de Jovens’. Ou seja, foi a partir destes movimentos que mais de 70% dos delegados entraram no PT (tabela 11). No entanto, há sinais de mudança nos padrões de recrutamento quando observamos os dados desagregados por período de filiação. Entre os que entraram no período 1978-1982 e participavam de movimentos sociais, 47,1% estavam vinculados a sindicatos. Esta porcentagem foi declinando até atingir, entre os que entraram a partir de 2001, 20,7%. Tendências semelhantes aconteceram com os que entraram no partido possuindo ligação com o movimento estudantil e com organizações religiosas. Paralelamente, a porcentagem de delegados com vinculação a

‘Outros’ movimentos e organizações sociais no momento de filiação cresceu de 17,5%, dos que entraram no PT entre 1995 e 2000, para 51,7% entre os membros a partir de 2001. Este é um dado importante que pode significar o início da erosão da predominância dos atores tradicionais da sociedade civil organizada entre a liderança intermediária petista. Se a tendência se confirmar, não é difícil imaginar que o partido sofrerá mudanças tanto no perfil das suas lideranças intermediárias quanto na sua cúpula. No entanto, com os dados de que dispomos no momento, fica impossível prever qualquer cenário com alguma segurança.

Tabela 11. Participação dos delegados em movimentos ou organizações sociais no momento de entrada no PT (%)

	2007 (III CN)
Sim	82,9
Direção	75,7
Mil. de base	54,6
(% do total)	
Sindical	29,9
Pop. Urbano	8,1
MST	2,9
Mulheres	2,1
Racismo/Negro	1,3
Estudantil/Juv.	21,8
Ecol/Ambiental	1,0
Gays/Lésbicas	-
Orgs. Religiosas	21,6
ONGs	0,8
Outros	19,0
N	(385)

Fonte: NOP da FPA

Tabela 12. Participação dos delegados em movimentos ou organizações sociais no momento de entrada no PT (%) X Período de filiação

Filiação	Participava (%)
1978-1982	81,4
1983-1989	84,3
1990-1994	87,0
1995-2000	80,3
2001-2007	82,9
N	(380)

Fonte: NOP da FPA

Mostramos nesta seção, em que analisamos o perfil da liderança intermediária petista a partir da segunda metade da década de 90, que os padrões de alteração identificados por Rodrigues (1997) e Novaes (1993) se confirmaram e o PT é hoje comandado por dirigentes de classe média, com alto nível de escolaridade e com grande presença de setores do

funcionalismo público. Mostramos ainda que a maior presença institucional do partido exerceu influência sobre o perfil das lideranças intermediárias ao alterar a proporção de delegados que são remunerados em esferas estatais para exercer atividades políticas. Neste ponto, concordamos com a avaliação de Ribeiro (2008) de que o PT que chega ao final do Governo Lula está muito mais próximo do Estado do que aquele que perdeu as eleições presidenciais de 1989. No entanto, não concordamos com a hipótese de que o partido se afastou significativamente dos movimentos sociais em consequência da maior proximidade com o Estado. Como demonstramos por meio da análise dos dados obtidos junto aos delegados petistas, o PT continua bastante permeável à participação de atores da sociedade civil organizada e suas lideranças realizam atividades políticas tanto nas instituições estatais quanto junto aos movimentos e organizações sociais.

Considerações finais

Desde o começo desta década, muitos trabalhos se preocuparam em analisar as transformações do PT a partir de meados dos anos 90 e a atuação do partido durante o Governo Lula (Amaral, 2003; Samuels, 2004; 2008; Flynn, 2005; Palermo, 2005; Hunter, 2007; 2008). O material para análise era realmente imenso: transformações ideológicas, alianças eleitorais e políticas com partidos de direita, dificuldades na formação do governo e escândalos de corrupção. As conclusões de todos eles giraram em torno da aproximação do PT com relação aos outros partidos do País na busca por maior competitividade eleitoral, ou como resultado das pressões exercidas pela natureza do sistema político brasileiro e pelas reformas pró-mercado dos anos 90. Hunter, inclusive, chegou a afirmar que o partido havia passado por um processo de ‘normalização’ (2007), revertendo a clássica visão de que o PT era ‘diferente’ que marcou as primeiras análises sobre a agremiação (Meneguello, 1989; Keck, 1991). Apesar de fornecerem ferramentas analíticas valiosas para a compreensão da história recente do partido, esses trabalhos pouco se preocuparam com temas de organização interna e em avaliar as transformações – ou continuidades – de práticas e características adquiridas durante os anos de formação e consolidação do PT. Neste artigo buscamos preencher esta lacuna e nos juntamos, nesta empreitada, aos trabalhos de Roma (2006) e Ribeiro (2008), embora com algumas conclusões diferentes.

Na primeira parte do artigo demonstramos que o PT obteve sucesso, a partir de 2003, em ampliar significativamente a sua base de filiados. Esta ampliação esteve diretamente

ligada a questões de organização interna do partido, como a construção de uma máquina partidária mais eficiente, o esforço de nacionalização da estrutura partidária e a redução nas barreiras de inclusão e nos custos de participação do filiado na vida da agremiação. As transformações do partido neste sentido não ocorreram sem tensões ou resistências internas e foram marcadas pela preservação de algumas características institucionais importantes, como a manutenção de mecanismos deliberativos participativos e a ausência de práticas clientelistas em larga escala.

Ainda com relação à redução das barreiras de inclusão, encontramos duas novidades ainda não exploradas em profundidade pela literatura. A primeira delas é uma consequência indireta das transformações ideológicas e programáticas do partido. Mais próximo do centro do espectro político, o PT conquistou uma série de novos apoiadores (Samuels, 2008), ampliando o número de potenciais filiados. O sucesso das campanhas de filiação em 2003 e 2006 parecem ter se beneficiado deste maior ‘território de caça’ aberto pela moderação ideológica. No entanto, certezas a este respeito só aparecerão quando dispusermos de dados confiáveis sobre os filiados ao partido. A segunda é a maior facilidade em captar membros, a partir de 2006, nos locais em que o presidente Lula obteve votações mais expressivas. Embora a partir de uma perspectiva diferente, esta evidência insere-se no debate sobre as transformações na base de apoio do presidente Lula nas eleições de 2006 e suas consequências políticas (Hunter & Power, 2007; Zucco, 2008; Soares & Terron, 2008; Lício, Renno & Castro, 2009; Singer, 2009). No lugar de nos concentrarmos nos determinantes da mudança na base de apoio, sugerimos que a alta popularidade do presidente em algumas regiões do País esteja sendo aproveitada como recurso político e organizativo pelo PT. No seu artigo sobre as bases do petismo, Samuels concluiu que o apoio partidário de massa ao PT estava em mudança sob o Governo Lula (2008, p.316). É possível imaginarmos que o mesmo esteja ocorrendo com a base de filiados do partido.

Na segunda parte deste artigo, demonstramos, por meio da análise do perfil dos delegados, que o caminho trilhado pelo partido nos anos 80, com a adesão de segmentos da classe média urbana à proposta de construção de um partido amplo de esquerda (Rodrigues, 1997), confirmou-se nos anos 90 e 2000. O PT que chega ao final do Governo Lula é comandado, na sua maioria, por homens católicos com mais dos 40 anos, que frequentaram algum curso superior e estão ligados ao serviço público. Dada a estabilidade nos dados, especialmente entre 2001 e 2007, acreditamos que este perfil deva se manter por algum tempo.

Já com relação ao binômio Estado/Sociedade, demonstramos que, como apontou Novaes (1993) e como argumenta Ribeiro (2008), o PT aproximou-se das esferas estatais a partir dos anos 90, em grande medida como resultado da maior inserção na política institucional. No entanto, esta aproximação não significou uma redução substantiva na permeabilidade do partido a atores da sociedade civil organizada. Como mostram os dados com a liderança intermediária petista, os movimentos sociais continuam presentes, inclusive entre aqueles que ocupam cargos eletivos e de confiança, indicando que uma importante conexão entre o Estado e a sociedade civil organizada acontece por meio do PT. Hochstetler defende que, durante o Governo Lula, o PT perdeu o monopólio de representação na arena institucional das demandas dos atores da sociedade civil organizada devido à continuidade da política econômica implantada na administração anterior e à decepção no desenvolvimento de mecanismos participativos sólidos no âmbito federal (2008). A nossa análise indica que o argumento da autora se confirma em parte, especialmente quando observamos que atores tradicionais da sociedade civil organizada, como os sindicatos, vêm perdendo espaço entre as lideranças intermediárias. No entanto, o quadro mais amplo aponta para o fato de que o PT ainda conta, em suas fileiras, com um grande número de militantes e dirigentes de movimentos e organizações sociais e que estes números não declinaram entre 1997 e 2007, sugerindo que os próprios atores da sociedade civil organizada ainda enxergam o partido como um representante institucional aberto às suas demandas e capaz de compartilhar propostas políticas. Isto demonstra que, se não é mais possível falar em ‘monopólio’ de representação, ainda podemos falar em um substantivo grau de interface. Como explicação para a manutenção desta interface podemos apontar dois elementos: a construção de uma história conjunta marcada pela experiência da redemocratização e pela emergência da ‘esquerda social’ nos anos 80, responsável, em parte, pelo próprio perfil programático e organizacional do partido (Meneguello & Amaral, 2008, p.3); e a ausência de alternativas institucionais - como outros partidos - com a mesma capilaridade, organização e influência política que o PT.

A discussão realizada acima evidencia as dificuldades de interpretação do caso petista. Parece claro que, mesmo depois das transformações apontadas pela literatura, o PT conserva muitas das características que fizeram com que fosse apontado como uma ‘novidade’ na política brasileira. Híbrido, o PT condensa elementos tanto de partido *vote-seeking* quanto de uma agremiação *policy-seeking*, para usarmos apenas uma das inúmeras tipologias sobre partidos políticos (Wolinetz, 2002). Desta maneira, parece-nos muito difícil enquadrar o PT que chega ao final do Governo Lula em um modelo partidário como *professional-eleitoral*

(Panebianco, 2005) ou *cartel* (Katz & Mair, 1995). Neste sentido, a imagem do *partido-anfíbio* parece a mais adequada para representarmos o PT (Poguntke, 1994): ao mesmo tempo capaz de lidar com as restrições do sistema político brasileiro e com os imperativos das disputas eleitorais, e ampliar o número de filiados e manter vínculos com a sociedade civil.

Hunter, apesar de se concentrar na ‘normalização’ do PT, observou que a adaptação do partido às restrições políticas e econômicas que emergiram no Brasil nos anos 90 não foi completa, e que a agremiação manteve muitas das suas características organizativas (2007). De um ponto de vista teórico mais amplo, este foi o foco da nossa análise a respeito dos vínculos do partido com a sociedade a partir da segunda metade da década de 90 e durante o Governo Lula. Seguindo as pistas indicadas pelo Institucionalismo Histórico, mostramos neste artigo que o PT retém muitas de suas características originárias, para usarmos uma terminologia cara aos estudiosos de partidos políticos (Panebianco, 2005), e que suas transformações são graduais e moldadas pela origem e história da agremiação.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Jorge. “Filiação sem política de organização”. **Boletim Nacional do PT**, n. 64, 1992.
- AMARAL, Oswaldo E. do. **A estrela não é mais vermelha: As mudanças do programa petista nos anos 90**. São Paulo: Garçonni, 2003.
- BARTOLINI, Stefano. “The Membership of Mass Parties: the Social Democracy Experience 1889-1978”. In: DAALDER, Hans & MAIR, Peter (Ed.). **Western European Party Systems**. Continuity and Change. London: Sage, 1983.
- FLYNN, Peter. “Brazil and Lula, 2005: crisis, corruption and change in political perspective”. **Third World Quarterly**, vol. 26, n. 8, 2005.
- GODINHO, Tatau. “Decidida campanha de filiação”. **Boletim Nacional do PT**, n. 96, 1995.
- HEIDAR, Knut. “Party membership and participation”. In: KATZ, Richard & CROTTY, William (Ed.). **Handbook of Party Politics**. London: Sage, 2006.
- HOCHSTETLER, Kathryn. “Organized Civil Society in Lula’s Brazil”. In: KINGSTONE, Peter & POWER, Timothy (Ed.). **Democratic Brazil Revisited**. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.

HUNTER, Wendy. “The Normalization of an Anomaly: The Workers’ Party in Brazil”. **World Politics**, n. 59, 2007.

_____ “The PT in Power: Shifting Policies and Patterns of Political Support”. Paper apresentado em **Latin America’s Left Turn: Causes and Implications**, Harvard University, 4-5 de abril de 2008, 2008.

HUNTER, Wendy & POWER, Timothy. “Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006”. **Latin American Politics and Society**, Vol. 49, 2007.

JANDA, Kenneth & KING, Desmond. “Formalizing and testing Duverger’s theories on political parties”. **Comparative Political Studies**, Vol. 18, n. 2, 1985.

KATZ, Richard & MAIR, Peter “Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party”. **Party Politics**, vol. 1, n. 1, 1995.

_____ “The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies”. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón & LINZ, Juan (Ed.). **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. Oxford: OUP, 2002.

_____ et al. “The Membership of Political Parties in European Democracies, 1960-1990”. **European Journal of Political Research**, n. 22, 1992.

KECK, Margaret E. **PT: a lógica da diferença**; o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KITTILSON, Miki & SCARROW, Susan. “Political Parties and the Rethoric and Realities of Democratization”. In: CAIN, Bruce; DALTON, Russel & SCARROW, Susan (Ed.). **Democracy Transformed? Expanding Political Opportunities in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: OUP, 2003.

LAGO, Monica Méndez. **La estrategia organizativa del Partido Socialista Obrero Español (1975-1996)**. Madrid: Siglo XXI, 2000.

LAWSON, Kay & MERKL, Peter (Ed.). **When Parties Fail: Emerging Alternative Organizations**. Princeton: PUP, 1988.

LÍCIO, Elaine Cristina; RENNÓ, Lúcio & CASTRO, Henrique Carlos de O. “Bolsa Família e Voto na Eleição Presidencial de 2006: em busca do elo perdido”. **Opinião Pública**, Vol. 15, n. 1, 2009.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____ & AMARAL, Oswaldo E. do. “Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil”. **BSP Occasional Papers**, n. 2. Oxford, 2008.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. “PT: Dilemas da Burocratização”. **Novos Estudos Cebrap**, n. 35, 1993.

PALERMO, Vicente. Brasil. “El gobierno de Lula y el PT”. **Nueva Sociedad**, n. 192, 2005.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POGUNTKE, Thomas. “Parties in a Legalistic Culture: The Case of Germany”. In: **How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**. London: Sage, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____ **Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores**. Belo Horizonte: PT, 1999.

_____ **Estatuto**. São Paulo: FPA, 2001.

RIBEIRO, Pedro. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. Tese de Doutorado. São Carlos: UFScar, 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “PT: a New Actor in Brazilian Politics”. In: DEVOTO, Fernando J. & DI TELLA, Torcuato S. (Ed.). **Political Culture, Social Movements and Democratic Transitions in South America in the 20th Century**. Milan: Feltrinelli, 1997.

ROMA, Celso. “Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada”. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 44, 2006.

SAMUELS, David. "From Socialism to Social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Workers' Party in Brazil". **Comparative Political Studies**, Vol. 37, n. 9, 2004.

_____ "A evolução do petismo (2002-2008)". **Opinião Pública**, Vol. 14, n.2, 2008.

SCARROW, Susan E. "The 'paradox of enrollment': Assessing the costs and benefits of party memberships". **European Journal of Political Research**, n. 25, 1994.

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO DO PT (SORG). **Manual para a Campanha Nacional de Filiação**. São Paulo: PT, 2003.

_____ **Guia da Campanha de Filiação**: Rio de Janeiro. São Paulo: PT, 2006.

SEYD, Patrick. "New Parties/New Politics?: A case study of the British Labour Party". **Party Politics**, Vol. 5, n. 3, 1999.

_____ & WHITELEY, Paul. **New Labour's Grassroots: The Transformation of the Labour Party Membership**. London: Palgrave, 2002.

SHARE, Donald. "From Policy-Seeking to Office-Seeking: The Metamorphosis of the Spanish Socialist Workers' Party". In: STROM, Kaare & MULLER, Wolfgang (Ed.). **Policy, office or votes?: how political parties in Western Europe make hard decisions**. Cambridge: CUP, 1999.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____ "Raízes sociais e ideológicas do Lulismo". **Novos Estudos Cebrap**, n. 85, 2009.

SOARES, Gláucio Ari Dillon & TERRON, Sonia Luiza. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". **Opinião Pública**, Vol. 14, n. 2, 2008.

WARE, Alan. **Political Parties and Party Systems**. Oxford: OUP, 1996.

WHITE, John Kenneth. "What is a political party?" In: KATZ, Richard & CROTTY, William (Ed.). **Handbook of Party Politics**. London: Sage, 2006

WOLINETZ, Steven. "Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies". In: GUNTHER, Richard; LINZ, Juan & MONTERO, Jose. **Political Parties: Old Concepts, New Challenges**. Oxford: OUP, 2002

ZUCCO, Cesar. "The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections". **Journal of Latin American Studies**, n. 40, 2008